



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901  
Telefone: (51) 3220-4119 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## CONTRATO Nº 936

Processo nº 267.00035/2023-59

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, com sede nesta Capital, com sede à Av. Loureiro da Silva, 255, neste instrumento designada **CONTRATANTE**, CNPJ nº 89.522.437/0001-07, representada por seu Presidente, vereador HAMILTON SOSSMEIER, CPF nº 360.620.810-34, e SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua dos Inconfidentes, 867, 2º Andar, CEP 30140-120, Belo Horizonte/MG, CNPJ/MF nº 14.278.276/0001-40, neste ato representada por SAULO GUIMARÃES PEDROSA, CPF nº 076.684.356-46, doravante designada **CONTRATADA**, conforme consta do Processo SEI nº 267.00035/2023-59 e do resultado final do Pregão Eletrônico nº 34/2023, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis, ajustam entre si a intermediação no fornecimento de passagens aéreas regionais, nacionais e internacionais, bem como de serviços correlatos, para atender às necessidades de deslocamento de parlamentares e servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), conforme as cláusulas e as condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ajuste tem por objeto a contratação de empresa intermediadora especializada no fornecimento de passagens aéreas regionais, nacionais e internacionais, bem como de serviços correlatos, para atender às necessidades de deslocamento de parlamentares e servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA).

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS BASES DO CONTRATO

2.1. Integram o presente contrato os seguintes documentos, cujos termos, condições e obrigações, independentemente de transcrição, vinculam e obrigam as partes:

2.1.1. A Proposta da CONTRATADA (0603575);

2.1.2. O Edital do Pregão Eletrônico nº 34/2023 e seus Anexos (0586995).

2.2. Este Contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além dos demais preceitos legais aplicáveis.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações legais e disposições deste contrato, obriga-se a CONTRATADA:

3.1. A prestar serviço de intermediação no fornecimento de passagens aéreas, consistindo em: pesquisa, reserva, marcação, remarcação, cancelamento, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas (todos os trechos - ida, volta, ida e volta), nas categorias (classes) econômica e executiva, para viagens nacionais e, eventualmente, internacionais, e demais serviços correlatos, destinadas aos Senhores Vereadores, servidores, funcionários ou terceiros, quando devidamente autorizados pela legislação em vigor, para atender às necessidades de serviço da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), na forma, prazos, especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 34/2023, seus anexos, e no presente instrumento.

3.2. A indicar e manter preposto para responder pelo cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato perante a CONTRATANTE;

3.3. A observar e cumprir todas as leis, normas e regulamentos expedidos pelos Órgãos Técnicos competentes, estaduais, federais, municipais e pela CONTRATANTE, incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação;

3.4. A relatar à fiscalização da CMPA toda e qualquer irregularidade observada quanto à execução do serviço objeto da contratação, bem como providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CMPA na execução dos serviços contratados.

3.5. A manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.6. A apresentar, durante a execução do contrato, sempre que requerido pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do recebimento da solicitação, documentos comprobatórios do cumprimento da legislação em vigor em relação às obrigações decorrentes da presente contratação, em especial ônus e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

3.7. A não subcontratar ou não transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato sem prévia e formal autorização da CONTRATANTE;

3.8. A Responsabilizar-se:

3.8.1. Por infração ou descumprimento das cláusulas deste Contrato.

3.8.2. Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, com isenção da CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades em relação aos mesmos.

3.8.3. Por todo e qualquer risco e infortúnio de trabalho decorrente da execução do objeto deste contrato, com isenção da CONTRATANTE de qualquer responsabilidade relativa aos mesmos.

3.8.4. Pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato, com isenção da CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades em relação aos mesmos.

3.8.5. Por eventuais danos causados a bens da CONTRATANTE decorrentes da execução da prestação de serviços objeto do presente contrato, obrigando-se a efetuar o ressarcimento no prazo máximo de 15 dias, contados de sua notificação.

3.8.5.1. Caso não efetue o ressarcimento no prazo estipulado acima, a CONTRATANTE efetuará o desconto do valor devido em fatura da CONTRATADA, com o que anui esta.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. Obriga-se a CONTRATANTE a:

4.1.1. Efetuar o pagamento decorrente do presente contrato no prazo e condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste contrato.

4.1.2. Solicitar a prestação dos serviços contratados com antecedência mínima de 6 (seis) horas da sua efetiva prestação, salvo casos excepcionais por meio eletrônico ou por intermédio de telefone, fac-símile ou pessoalmente, para cada solicitação de passagem;

4.1.3. Comunicar eventuais cancelamentos de bilhetes de passagens aéreas para as providências cabíveis, observando os prazos de antecedência estabelecidos pelas companhias aéreas, para a não incidência de taxas, arcando com os valores oriundos dos cancelamentos em caso de não observância de eventuais prazos.

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da prestação de serviços objeto do presente contrato;

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRAZO**

5.1. O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá prazo de duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

5.2. Em caso de prorrogação, o valor da taxa por transação - se positivo - poderá ser reajustado para fins de correção monetária com base na variação do IPCA, no período anterior de vigência, a pedido da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado, em até 10 (dez) dias úteis contados da atestação da execução dos serviços pelo fiscal da CONTRATANTE e entrega da respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.1.1. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATADA, passando a contar novo prazo de pagamento de 10 (dez) dias úteis, contados da entrega do novo documento de pagamento.

6.2. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATADA que importem no prolongamento dos prazos previstos neste Edital e oferecidos nas propostas.

6.3. A CONTRATANTE procederá à retenção de tributos porventura incidentes sobre a prestação de serviços objeto da contratação (INSS, ISS e IRF, etc.) nos termos da legislação em vigor, obrigando-se a CONTRATADA a discriminar na Nota Fiscal/Fatura o valor correspondente a tais tributos.

6.4. A CONTRATADA obriga-se a apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura os comprovantes de regularidade perante a Justiça do Trabalho e o FGTS, bem como comprovante de regularidade perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal.

6.5. Em caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, as partes convencionam que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I= $(6 / 100)$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------	--

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, através do servidor Bruno Walber Viana, Assessor Legislativo, lotado na Diretoria de Patrimônio e Finanças.

7.2. A Fiscalização exercida pela CONTRATANTE não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a CONTRATADA de suas obrigações para perfeita execução do objeto do Contrato.

7.3. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma da Lei nº 8.666/93, art. 86 e seguintes, e da Lei nº 10.520/02:

8.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

8.2. Multa:

8.2.1. de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor total da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução da prestação objeto do contrato;

8.2.2. de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor atualizado deste contrato, em caso de sua inexecução parcial ou total.

8.2.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus.

8.2.4. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato atualizado, sem prejuízo de cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público ou de rescisão, ou de ambos;

8.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CMPA por até 2 (dois) anos.

8.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.5. Caso a CONTRATADA falhe ou fraude a execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo, faça declaração falsa ou cometa fraude fiscal, estará sujeita a impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, conforme dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.6. As sanções estabelecidas nos subitens 8.2 a 8.5 do presente instrumento poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O descumprimento por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais ou contratuais assegura à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, nos casos e formas dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8666/93, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO

10.1. O valor total do contrato é de R\$ 118.776,00 (cento e dezoito mil setecentos e setenta e seis reais) para 12 (doze) meses, já computados todos os tributos, ônus, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e toda e qualquer despesa necessária à execução da prestação objeto do ajuste, conforme tabela abaixo:

Subitem	Especificação de Serviço	Quantidade	Preço Unitário do subitem (R\$)	Preço Total do subitem (R\$)
	Contrato 936 (0605163)	SEI 267.00035/2023-59	pg. 3	

01	Taxa por Transação (FEE)	36 (trinta e seis)	-34,00	-1.224,00
02	Valor médio anual destinado à aquisição de passagens aéreas nacionais de não-servidores	1 (um)	65.000,00	65.000,00
03	Valor médio anual destinado à aquisição de passagens aéreas internacionais de não-servidores	1 (um)	25.000,00	25.000,00
04	Valor médio anual destinado à aquisição de passagens aéreas nacionais de servidores	1 (um)	20.000,00	20.000,00
05	Valor médio anual destinado à aquisição de passagens aéreas internacionais de servidores	1 (um)	10.000,00	10.000,00
Preço Total da subtabela do Item 1 (em R\$)				118.776,00

10.2. O valor deste Contrato não terá reajuste durante o período de sua vigência.

10.3. A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária da CONTRATANTE sob os códigos 339033010100 - PASSAGENS AÉREAS PARA O PAÍS – SERVIDORES; 339033010200 - PASSAGENS AÉREAS PARA O PAÍS – NÃO SERVIDORES; 339033020100 - PASSAGENS AÉREAS PARA O EXTERIOR – SERVIDORES; e 339033020200 - PASSAGENS AÉREAS PARA O EXTERIOR – NÃO SERVIDORES, projeto/atividade 2001.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Porto Alegre, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam eletronicamente o presente instrumento.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Tomazi Cabistani, Assistente Legislativo**, em 15/08/2023, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Guimarães Pedrosa, Usuário Externo**, em 15/08/2023, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Hamilton Sossmeier, Presidente**, em 15/08/2023, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0605163** e o código CRC **E1DD627F**.